

Revista

PARLASUL

EDIÇÃO Nº 45 - MAIO 2026

**MINERAIS ESTRATÉGICOS E
ENERGIAS RENOVÁVEIS:
Uma Agenda Regional para o MERCOSUL**



Revista PARLASUL

EDIÇÃO N° 45 - MAIO 2026



Versão digital
espanhol e português



MESA DIRETORA DO PARLASUL

RODRIGO GAMARRA Presidente pelo Paraguai
GUSTAVO ARRIETA Vice-presidente pela Argentina
MARIO HERRERA Vice-presidente pela Bolívia
HUMBERTO COSTA Vice-presidente pelo Brasil
NICOLÁS VIERA Vice-presidente pelo Uruguai

REVISTA PARLASUL

Direção
FRANCISCO PEREIRA
ROCHELLE CARNEIRO
Desenho Editorial
LORENA FOIZER
Edição Editorial
MARÍA SOFÍA ÁLVAREZ
Redação
LORENA FOIZER
MARÍA SOFÍA ÁLVAREZ
MAURO LORENZO
ROCHELLE CARNEIRO

As opiniões expressas nos artigos assinados mostram apenas o ponto de vista pessoal do autor

Índice

- 4 **Minerais estratégicos e energias renováveis**
Artigo Especial
- 10 Luisa Rivas Especialista em mercados energéticos da CAF
Entrevista
- 15 Cúpula Parlamentar da América Latina e o Caribe no Panamá
Notícias
- 16 PARLASUL debateu o Acordo MERCOSUL-UE no marco da sua CVI Sessão Plenária
Notícias
- 18 PARLASUL presente na assinatura do Acordo MERCOSUL-União Europeia
Notícias
- 20 Conheça mais do Parlamento Juvenil do MERCOSUL
Cidadania
- 22 PARLASUL e Parlamento do Marrocos assinam acordo de cooperação interparlamentar
Notícias
- 24 Bolívia se incorpora ao PARLASUL e elegem a Mario Herrera como Vice-presidente
Notícias
- 26 Protocolo de Ushuaia
História Latino-americana
- 27 Ivan Dubois Parlamentar Delegação da Argentina
Opinião Parlamentar
- 28 PARLASUL fortalece o diálogo e a cooperação global na 152ª Assembleia da UIP em Istambul
Notícias
- 30 Daniel Borbonet Parlamentar da Delegação do Uruguai
Opinião Parlamentar
- 31 Fabiana Martin Parlamentar da Delegação da Argentina
Opinião Parlamentar
- 32 PARLASUL assina acordos institucionais e debate prioridades regionais na sua CVII Sessão Plenária
Notícias
- 34 Delegação brasileira no PARLASUL recebe eurodeputados para debater o Acordo MERCOSUL-UE
Notícias
- 36 Comissão de Desenvolvimento Regional do PARLASUL debate impactos dos Data Centers
Comissões
- 38 Franco Metaza Parlamentar da Delegação da Argentina
Opinião Parlamentar
- 39 Marina Femenía Parlamentar da Delegação da Argentina
Opinião Parlamentar
- 40 Comissão de Integração Fronteira do PARLASUL debate livre circulação, educação e cooperação regional
Comissões
- 42 Frente Parlamentar contra a Fome do PARLASUL consolida agenda regional sobre segurança alimentar e Direitos Humanos
Comissões
- 44 Universo Guaraní: resistência, passado e presente
MERCOSUL Cultural

Minerais estratégicos e energias renováveis:

UMA AGENDA REGIONAL PARA O MERCOSUL



Agência PARLASUL. Em 22 de setembro de 2025, o Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL), por meio da Comissão Especial de Emergência Ambiental e Sanitária, realizou o seminário “Rumo a um Plano Regional de Minerais Estratégicos para o MERCOSUL”, com a participação de parlamentares e especialistas internacionais, com o objetivo de debater uma folha de rota regional para o aproveitamento de recursos minerais estratégicos.

A discussão insere-se em um cenário no qual a transição energética para fontes renováveis e a expansão da eletromobilidade impulsionam a demanda por minerais-chave — entre eles lítio, cobre, cobalto, grafite e níquel — utilizados em turbinas eólicas, painéis solares e baterias.

O tratamento do tema no PARLASUL antecedeu sua incorporação ao mais alto nível político do bloco. Em 20 de dezembro de 2025, a LXVII Cúpula de Presidentes publicou seu Comunicado Conjunto, que inclui referências à cooperação energética e ao intercâmbio de experiências em áreas como energias renováveis e minerais estratégicos. Isso confirma uma construção em dois momentos: primeiro, a deliberação parlamentar; depois, o sinal político presidencial.

Riscos e oportunidades

No seminário, destacou-se que a oportunidade convive com um risco: a competição por atrair investimentos pode levar a uma “corrida para baixo” nos padrões ambientais, fiscais e de controle. Diante disso, o debate concentrou-se em como evitar um ciclo de reprimarização e avançar na construção de cadeias de valor regionais, com regras previsíveis e benefícios mensuráveis.

Nessa linha, a representante do Fórum Intergovernamental sobre Mineração, Minerais, Metais e Desenvolvimento Sustentável (IGF), Marina Ruete, afirmou que o bloco enfrenta “uma oportunidade histórica” e vinculou o desafio à transformação produtiva e ao emprego: “Hoje, mais do que nunca, a América do Sul e, em particular, o MERCOSUL, encontram-se diante de uma oportunidade histórica para apoiar a transição energética e transformar sua matriz produtiva, fortalecer a autonomia e gerar empregos de qualidade”. Ela também alertou para a necessidade de agir com coordenação regional para evitar dinâmicas competitivas que fragilizem os padrões socioambientais.

Da CAF -Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe-, Luisa Rivas, Executiva Principal da Direção de Análise Técnica e Setorial, afirmou que a transição energética não é possível sem minerais estratégicos e alertou para o custo de separar ambos os processos: “Avançar na transição energética, mas abandonar a mineração sustentável, é até irresponsável (...) não faz sentido pensar esses dois caminhos de forma isolada”.

Por sua vez, Carlos de Miguel (CEPAL) destacou que a folha de rota deve focar no “valor compartilhado” e em uma distribuição equilibrada dos benefícios, incorporando agregação de valor local e arrecadação fiscal.

No âmbito técnico do MERCOSUL, o Coordenador do Subgrupo de Trabalho de Geologia e Mineração, Gustavo Massili (Brasil), destacou que o objetivo é avançar para além do papel de exportadores e transformar o potencial em desenvolvimento: “Aprovamos um plano de trabalho para os próximos dois anos... um estudo estratégico sobre o papel que nossa região pode desempenhar... não apenas entender como aproveitar, mas como transformar esses recursos em riqueza para nossos povos”. Na mesma intervenção, apresentou um diagnóstico sobre o modelo histórico: “Durante séculos, nossos países foram tratados como meros exportadores de matérias-primas... recebendo pouco em troca... esse modelo é socialmente injusto... as comunidades... ficam à margem dos benefícios”. Na mesma linha, Rohitesh Dhawan (ICMM) destacou a oportunidade de promover uma mineração responsável, com altos padrões ambientais e sociais.

PARLASUL: soberania, capacidade tecnológica e legitimidade social

Durante o encontro, o enfoque parlamentar vinculou os minerais estratégicos à soberania tecnológica, ao emprego e aos padrões socioambientais. O Presidente da Comissão, Heitor Schuch (Brasil), definiu o tema em termos de disputa global e capacidade de desenvolvimento: “Toda essa questão está hoje na grande disputa mundial (...) dialoga com a soberania nacional, com o desenvolvimento do país e com a possibilidade de produzir novas tecnologias”.

A autora da iniciativa, Cecilia Nicolini (Argentina), insistiu no valor de uma folha de rota regional para atuar de forma coordenada, com padrões elevados e previsíveis. Segundo o projeto apresentado, a demanda global por minerais estratégicos deverá dobrar até 2030 e poderá triplicar até 2040, superando 35 milhões de toneladas anuais, enquanto os investimentos passariam de USD 45 bilhões (2023) para USD 800 bilhões (2040).

Nicolini sintetizou a proposta da seguinte forma: “Para posicionar o MERCOSUL como um ator global e confiável, não queremos que isso seja uma nova fonte de reprimarização, mas sim criar valor agregado e fazer com que isso resulte em uma autonomia estratégica do MERCOSUL”.

O mesmo documento estimou um impacto fiscal potencial entre USD 5 bilhões e USD 25 bilhões anuais até 2040, além da possibilidade de até 1,5 milhão de empregos diretos e indiretos no MERCOSUL até 2040, condicionado à existência de marcos regulatórios eficazes que priorizem valor local e sustentabilidade socioambiental.

No plano legislativo, o Parlamentar Arlindo Chinaglia (Brasil) vinculou o tema à soberania e ao papel do Estado na construção de normas comuns: “tem a ver com a soberania nacional (...) patrimônio de cada país, elaborar essas normas a partir do poder do Estado (...) reunir conhecimento dará um sentido maior ao próprio MERCOSUL”.

A dimensão social também fez parte do debate. O Parlamentar Matías Sotomayor (Argentina) levantou questionamentos sobre a escala da mineração, a percepção dos benefícios e a licença social: “O que vamos fazer com os minerais críticos? Muitos dos nossos cidadãos não enxergam a mineração artesanal nem a mineração em grande escala; às vezes nem sequer vemos os impostos e, em muitos casos, trata-se de um saque”.

MERCOSUL: Participação nas reservas mundiais de minerais selecionados



Alumínio | Boro | Lítio | Ouro | Prata | Chumbo
Zinco



Barita | Boro | Estanho | Ouro | Prata | Chumbo
Zinco



Alumínio | Bauxita | Cobre | Estanho | Ferro-
ligas | Ferro | Lítio | Magnésio | Manganês
Nióbio | Níquel | Ouro | Prata | Chumbo
Titânio | Zinco

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em dados estatísticos do U.S. Geological Survey, Mineral Commodity Summaries (2024).

Projeto de Norma PReMEM

O seminário se vincula a um instrumento formal: o Projeto de Norma para a Elaboração de um Plano Regional de Minerais Estratégicos para o MERCOSUL (PReMEM), encaminhado pelo PARLASUR ao Conselho do Mercado Comum. O texto se apoia no Tratado de Assunção, no Protocolo de Ouro Preto, no Protocolo Constitutivo do PARLASUR e nos trabalhos do Subgrupo de Trabalho N° 9 (Geologia e Mineração), além de compromissos internacionais sobre desenvolvimento sustentável, transição energética e gestão responsável de recursos.

O resumo do Projeto, apresentado pela parlamentar Cecilia Nicolini, estabelece que o PReMEM busca articular políticas comuns para a extração responsável, promover cooperação e agregação de valor, fortalecer a autonomia estratégica do bloco e posicionar o MERCOSUL como fornecedor confiável e sustentável nas cadeias internacionais, assegurando o respeito ambiental e aos direitos humanos.

Entre seus fundamentos, o documento incorpora explicitamente a necessidade de evitar uma “corrida para baixo” por investimentos mediante flexibilização ambiental ou incentivos fiscais excessivos, ao considerar que isso enfraquece os padrões e o poder de negociação regional.

O Projeto também define princípios orientadores: direitos humanos no centro da cadeia de valor (condições de trabalho dignas, respeito às comunidades locais e indígenas e consentimento prévio, livre e informado), justiça ambiental com avaliações rigorosas e proteção da biodiversidade, economia circular, distribuição equitativa de benefícios e custos, geração de valor agregado local, transparência, prestação de contas e combate à corrupção.



Em termos de procedimento, prevê uma fase de consultas com governos, empresas, comunidades (incluindo Povos Indígenas), sociedade civil, academia e cooperação internacional, seguida de um relatório com achados, divergências e propostas, para então elaborar o PReMEM com metas, instrumentos e mecanismos de governança. Além disso, estabelece como conteúdo mínimo uma definição comum de “mineral estratégico” e uma lista prioritária regional baseada em critérios como segurança industrial/energética e relevância em indústrias estratégicas.

Plano Regional de Minerais Estratégicos para o MERCOSUL (PReMEM)

Objetivos	<p>Coordenação regional: alinhar regras e negociar em bloco. Valor agregado: processar e industrializar, não apenas exportar.</p>	<p>Fornecedor confiável: fornecimento estável, rastreável e com padrões. Autonomia estratégica: decidir o rumo do bloco com maior margem.</p>
Princípios	<p>Direitos humanos: trabalho digno e respeito às comunidades. Justiça ambiental: proteger a água, a biodiversidade e os territórios.</p>	<p>Transparência: informação pública e controle anticorrupção. Economia circular: reduzir resíduos e reciclar materiais.</p>
Processos	Consultas → Relatório → Plano → Lista prioritária.	

Fonte: Projeto de Norma para a Elaboração de um Plano Regional de Minerais Estratégicos para o MERCOSUL (PReMEM), PARLASUR.

Governança regional e resultados

Enquanto a Cúpula do MERCOSUL incorporou o tema em seu Comunicado Conjunto, o PARLASUR avançou no debate político e normativo. O desafio agora é transformar o consenso em resultados concretos: coordenação regional, padrões comuns, transparência, participação e cadeias de valor que permitam que a transição energética gere emprego, inovação e benefícios reais para os Estados Parte.

Luisa Rivas

ESPECIALISTA EM MERCADOS ENERGÉTICOS DA CAF

Especialista em Mercados Energéticos na Direção de Análise Técnica e Setorial da Vice-Presidência do Setor Privado da CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe. Engenheira Ambiental e Mestre em Engenharia de Energia, atualmente cursa doutorado em Engenharia Energética na Universidad de la República (Uruguai). Ao longo de sua trajetória profissional, trabalhou no desenvolvimento de projetos de energias renováveis, hidrogênio verde e infraestrutura na América Latina, participando de iniciativas relacionadas à transição energética, sustentabilidade e mercados de energia. Antes de ingressar na CAF, integrou equipes técnicas e estratégicas em empresas e consultorias internacionais como Alfanar Energía, FICUS Advisory e Odebrecht, liderando projetos ambientais, regulatórios e de desenvolvimento sustentável em diferentes países da região.



Agência PARLASUL. A partir da CAF tem-se destacado que a transição energética não pode ser dissociada do desenvolvimento de uma mineração sustentável. Como podem os países do MERCOSUL avançar em uma estratégia integrada que articule ambos os processos sem gerar tensões ambientais ou sociais?

A transição energética e a crescente pressão sobre a demanda por minerais críticos devem representar uma oportunidade para que a região revise e corrija algumas das principais dívidas históricas associadas às indústrias extrativas, como o extrativismo sem desenvolvimento local, o uso intensivo e indiscriminado da água, os impactos territoriais e as desigualdades sociais.

Nesse contexto, os países do MERCOSUL têm a possibilidade de construir uma estratégia diferente, na qual a exploração de minerais estratégicos não apenas contribua para a descarbonização global, mas também para o desenvolvimento sustentável, a industrialização regional e uma maior legitimidade social.

Uma oportunidade concreta para avançar nessa direção pode se concentrar em:

Construir uma governança regional comum, estabelecendo padrões ambientais e sociais compartilhados para evitar concorrência desleal entre países.

Garantir licença social e participação territorial, assegurando consulta prévia efetiva, transparência contratual, mecanismos de distribuição de royalties e programas de desenvolvimento local.

Impulsionar uma transição energética justa e ambientalmente responsável, evitando que a chamada “mineração verde” se torne contraditória, por meio de avaliações rigorosas de impacto ambiental e social, especialmente em ecossistemas frágeis.

O desafio consiste em encontrar um equilíbrio real entre as dimensões ambiental, social e econômica, sem que uma prevaleça sistematicamente sobre as outras. Isso implica reconhecer que nem todos os projetos devem ser automaticamente aprovados, mas tampouco rejeitados de forma generalizada; o ponto central é promover aqueles capazes de sustentar esse equilíbrio de forma crível e duradoura.

Outro eixo fundamental é agregar valor,

evitando limitar-se à exportação de matérias-primas. O desafio é impulsionar cadeias regionais de valor, promovendo a refinação de minerais críticos, a produção de baterias, a eletromobilidade e o desenvolvimento tecnológico associado. Dessa forma, a mineração pode tornar-se uma alavanca de industrialização e geração de emprego qualificado, e não apenas uma fonte de divisas de curto prazo.

O desafio consiste em encontrar um equilíbrio real entre as dimensões ambiental, social e econômica, em que nenhuma prevaleça sistematicamente sobre as outras.

Agência PARLASUL. Em um cenário de crescente demanda global por minerais estratégicos, quais mecanismos de coordenação regional são prioritários para evitar uma competição desarticulada entre os países do MERCOSUL e avançar para uma governança comum com regras claras e previsíveis?

Não existe uma fórmula única para avançar rumo a uma governança comum na região.

Ao observar como cada país administra seus recursos minerais, identificam-se elevados níveis de heterogeneidade regulatória, institucional e até política, com abordagens por vezes difíceis de compatibilizar. Por exemplo, na Argentina, o setor do lítio opera sob um modelo federal e descentralizado, mais aberto ao investimento privado, no qual as províncias desempenham papel central na gestão dos recursos e na negociação com empresas.

Em contraste, a Bolívia desenvolveu um modelo baseado no nacionalismo de recursos, declarando o lítio estratégico e priorizando o controle estatal por meio da YLB, com forte presença do Estado em toda a cadeia produtiva. Por sua vez, o Brasil adotou uma abordagem mais orientada ao mercado, promovendo investimento privado e certa flexibilização regulatória para acelerar projetos de lítio e minerais críticos, embora, nos últimos anos, também tenha iniciado debates sobre estratégias nacionais para agregar valor e desenvolver indústrias associadas.

Essa diversidade de modelos mostra que o principal desafio regional é construir acordos mínimos de coordenação que permitam evitar a competição desordenada e gerar maior previsibilidade para o desenvolvimento sustentável do setor.

Nesse sentido, o MERCOSUL deveria promover uma estratégia baseada em coordenação, transparência e planejamento compartilhado. Um exemplo é o caso da União Europeia com o *Critical Raw Materials Act*, uma regulação comum para assegurar o abastecimento de minerais críticos.

Esse mecanismo não implicou substituir as políticas nacionais de cada Estado-membro, mas sim estabelecer marcos e metas comuns que permitam coordenar prioridades estratégicas, dar previsibilidade e evitar assimetrias regulatórias dentro do bloco.

Poderíamos pensar em avançar com:

Criar uma mesa regional permanente de minerais críticos e transição energética, com participação de governos, agências ambientais, setor privado, comunidades, academia e organismos financeiros multilaterais como a CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe. Essa instância permitiria coordenar prioridades, compartilhar informações geológicas, produtivas e ambientais, e evitar decisões isoladas que concorram entre si. Além disso, poderia incluir grupos de geração de conhecimento compartilhado, nos quais se sistematizem lições aprendidas de cada país para replicar boas práticas e aprimorar processos.

Harmonizar padrões ambientais, sociais e de rastreabilidade. O bloco deveria acordar critérios mínimos sobre avaliação de impacto ambiental, uso da água, consulta às comunidades, fechamento de minas, proteção da biodiversidade e monitoramento independente. Isso evitaria uma concorrência injusta baseada em regulações mais flexíveis.

Desenvolver uma estratégia regional de agregação de valor. Por meio do MERCOSUL, é possível articular capacidades e avaliar as contribuições específicas de cada país em refino, produção de insumos, baterias, eletromobilidade, infraestrutura energética e desenvolvimento tecnológico.

O MERCOSUL deveria promover uma estratégia baseada em coordenação, transparência e planejamento compartilhado.

Agência PARLASUL. Um dos principais desafios identificados é evitar a reprimarização. Na sua perspectiva, quais políticas ou instrumentos são necessários para que o MERCOSUL avance na geração de cadeias de valor regionais em torno de minerais críticos?

São necessárias políticas industriais ativas e coordenadas entre os países. Não basta promover investimentos para a exploração, construção e extração; também é fundamental incentivar o processamento local, o desenvolvimento de insumos intermediários, baterias, eletromobilidade e tecnologias ligadas às energias limpas.

Na região, já existem alguns antecedentes interessantes de coordenação e impulso industrial vinculados à transição energética. Por exemplo, no campo das energias renováveis, países como Brasil, Argentina e Uruguai conseguiram desenvolver capacidades locais em torno da energia eólica e solar por meio de políticas de exigência ou promoção de conteúdo local, financiamento público e planejamento de longo prazo.

No setor minerário, um caso relevante é o do Chile com o lítio. Por meio da CORFO, o Estado incorporou cláusulas nos contratos de exploração que reservam parte da produção de lítio a preços preferenciais para empresas que agreguem valor localmente, por exemplo, na produção de materiais catódicos, baterias e tecnologias associadas.

Em nível internacional, existem exemplos ainda mais ambiciosos, como o da Indonésia com o níquel. O país avançou progressivamente em restrições à exportação de níquel não processado com o objetivo de incentivar investimentos em refino, processamento e produção de baterias em seu território. Essa política permitiu atrair importantes investimentos industriais e posicionar a Indonésia como um ator relevante na cadeia global de baterias para veículos elétricos. Embora o modelo também enfrente desafios ambientais e sociais significativos, constitui um exemplo interessante de como as políticas públicas podem utilizar minerais estratégicos como plataforma para promover industrialização, desenvolvimento tecnológico e maior captura de valor agregado local.

O MERCOSUL poderia avançar em mecanismos regionais que, embora não precisem replicar esses modelos, devem assegurar a promoção de cadeias de valor compartilhadas em torno do lítio, cobre e outros minerais estratégicos.

Isso poderia incluir incentivos para o processamento regional de minerais, mecanismos de financiamento e inovação, padrões comuns e estratégias de complementaridade produtiva entre os países.

Além disso, uma estratégia regional permitiria distribuir melhor as oportunidades dentro do MERCOSUL. Nem todos os países precisam ocupar o mesmo lugar na cadeia de valor: alguns poderão se especializar mais em extração e processamento, enquanto outros, com menor dotação de recursos minerais — como o Uruguai — podem contribuir com capacidades em software, engenharia, manufatura, infraestrutura ou pesquisa aplicada.



Fotos: CAF

É necessário promover incentivos para o processamento local, o desenvolvimento de insumos intermediários, baterias, eletromobilidade e tecnologias vinculadas às energias limpas.

Agência PARLASUL. Como a região pode garantir altos padrões ambientais e sociais na exploração de minerais estratégicos, assegurando ao mesmo tempo a licença social e a participação das comunidades locais?

Na minha visão, a prioridade é deixar de tratar a licença social como uma etapa posterior e passar a incorporá-la desde o próprio desenho dos projetos. Por exemplo, no Chile, onde nos últimos anos começou a se fortalecer a Participação Cidadã Antecipada em projetos energéticos e minerários. A ideia é envolver as comunidades desde as etapas iniciais do desenho dos projetos, antes mesmo de sua entrada formal no Sistema de Avaliação de Impacto Ambiental. Embora esse mecanismo seja voluntário e ainda existam aspectos a serem aprimorados, ele já apresentou resultados positivos em termos de diálogo, transparência e prevenção de conflitos.

O MERCOSUL poderia fortalecer, em seus países membros, os critérios de consulta prévia, livre e informada quando aplicável, garantir processos participativos efetivos e criar sistemas de monitoramento ambiental independente, com a participação de universidades, organismos técnicos e comunidades.

Um ponto muito relevante é que a licença social não depende apenas de aspectos ambientais, mas também da forma como os benefícios são distribuídos. Se as comunidades percebem apenas os custos ambientais e sociais, os conflitos tendem a aumentar. Por isso, os projetos devem incluir mecanismos claros de desenvolvimento local, como benefícios econômicos, geração de emprego, formação técnica, infraestrutura, estímulo a fornecedores locais, acesso à informação e participação em decisões relevantes.

CAF poderia contribuir como fonte de financiamento para infraestrutura estratégica vinculada a cadeias de valor regionais, incluindo energia, logística, conectividade, pesquisa aplicada e desenvolvimento tecnológico.

Agência PARLASUL. Que papel pode desempenhar a CAF no acompanhamento técnico e financeiro de uma agenda regional de minerais estratégicos, particularmente em iniciativas como um eventual Plano Regional do MERCOSUL?

A CAF pode desempenhar um papel-chave como articuladora técnica, financeira e institucional de uma agenda regional sobre minerais estratégicos. Justamente porque muitos dos desafios associados à transição energética superam as capacidades individuais dos países, o acompanhamento de organismos multilaterais como a CAF pode ajudar a gerar continuidade, confiança e visão de longo prazo.

Em particular, a CAF pode contribuir como fonte de financiamento para infraestrutura estratégica vinculada a cadeias de valor regionais, incluindo energia, logística, conectividade, pesquisa aplicada e desenvolvimento tecnológico. Também pode atuar como apoio técnico na construção de padrões comuns necessários em temas ambientais, sociais e regulatórios, ajudando a gerar maior previsibilidade e coordenação entre os países do MERCOSUL.

Além disso, a CAF pode aportar algo especialmente relevante — e fortemente alinhado ao seu objetivo institucional — que é uma visão de desenvolvimento regional de longo prazo. A discussão sobre minerais críticos deve estar orientada para a industrialização, inovação, geração de empregos de qualidade e uma transição energética justa para a região.



Cúpula Parlamentar da América Latina e o Caribe no Panamá

Agência PARLASUL. Uma delegação do Parlamento do MERCOSUL (PARLASUR), liderada por seu Presidente, Rodrigo Gamarra (Paraguai), participou da Cúpula Parlamentar da América Latina e do Caribe, realizada na sede do Parlamento Latinoamericano y Caribeño (PARLATINO), na cidade do Panamá.

A delegação contou ainda com o Vice-Presidente pelo Uruguai, Nicolás Viera, e o Parlamentar pela Argentina, Gabriel Fucks, que acompanharam as diferentes instâncias de diálogo voltadas ao fortalecimento da cooperação interparlamentar e à consolidação de compromissos regionais em matéria de democracia, paz e ação climática.

A Cúpula foi organizada pelo PARLATINO com o apoio do Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF) e reuniu presidentes de parlamentos, vice-presidentes, legisladores e representantes de organismos regionais, em um contexto internacional marcado por desafios econômicos, sociais e geopolíticos.

Durante sua intervenção, o Presidente do PARLASUR destacou o valor da diplomacia parlamentar como ferramenta estratégica para aprofundar a integração regional. “Convencidos de que a diplomacia parlamentar é uma das ferramentas mais fortes para a construção da unidade do bloco, celebramos as duas décadas do PARLASUR coroadas com a assinatura de um tratado histórico para nossa região e para o mundo, o acordo entre a União Europeia e o MERCOSUL”, afirmou.

Além disso, ressaltou que o entendimento birregional, alcançado após mais de vinte anos de negociações, representa uma oportunidade para projetar o MERCOSUL no cenário global, não apenas em termos econômicos e comerciais, mas também no fortalecimento dos vínculos entre os povos. “Os problemas globais e regionais são semelhantes; o que nos enriquece é a experiência de cada parlamento na busca de soluções comuns”, destacou.

No âmbito da Cúpula, a delegação do PARLASUR manteve reuniões com autoridades do PARLATINO, com seu Presidente, Rolando González Patricio; do Parlamento Andino (PARLANDINO), com seu Presidente René Daniel Camacho; e da CAF, com seu Presidente Executivo Sergio Díaz-Granados, bem como com o Presidente do ParlAmericas, Senador Iván Flores (Chile), com o objetivo de intercambiar perspectivas sobre os desafios comuns da região e explorar mecanismos de articulação legislativa diante da nova ordem global.

Posteriormente, a delegação participou do Fórum Econômico Internacional América Latina e Caribe 2026, organizado pela CAF, espaço que antecedeu a Cúpula e contou com a presença de Presidentes, líderes políticos, parlamentares, empresários e representantes de organismos multilaterais para refletir sobre os principais desafios da governança para o desenvolvimento.

PARLASUL debateu o Acordo MERCOSUL-UE no âmbito de sua CVI SESSÃO PLENÁRIA

Agência PARLASUL. No âmbito da CVI Sessão Plenária do Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL), realizada na cidade de Córdoba, parlamentares de diferentes países abordaram diversos temas, entre eles o avanço do Acordo de Associação entre a União Europeia e o MERCOSUL, destacando tanto sua relevância estratégica para o bloco quanto os desafios institucionais e políticos que ainda envolvem sua implementação.

Durante o debate, o Parlamentar argentino Gabriel Fuks afirmou que “os quatro parlamentos já aprovaram o acordo com a União Europeia — restando apenas a votação na Câmara dos Deputados do Paraguai —, o que representa um marco importante para a relação birregional, embora ainda haja muito a discutir”. Além disso, advertiu que o processo continua sendo analisado pelas instituições

européias, uma vez que o Parlamento Europeu encaminhou o texto ao Tribunal de Justiça da União Europeia para avaliar sua compatibilidade com os tratados fundacionais do bloco, etapa prévia à sua ratificação definitiva.

Na mesma linha, o Parlamentar argentino Nicolás Simone valorizou o avanço do entendimento entre os dois blocos e manifestou apoio ao processo, afirmando que “celebro que estejamos discutindo o acordo com a União Europeia e que ele esteja avançando”, em referência ao progresso do diálogo birregional.

Por sua vez, o Parlamentar brasileiro Celso Russomanno relacionou o acordo ao fortalecimento do processo de integração regional e destacou que a ampliação do bloco contribui para consolidar sua projeção internacional. Nesse sentido, afirmou que a participação da



Bolívia no bloco adquire especial relevância “neste momento em que estamos aprovando o acordo União Europeia-MERCOSUL”.

Durante o debate também foi destacada a necessidade de que o Parlamento regional tenha um papel mais ativo no acompanhamento político do acordo. O Parlamentar argentino Matías Sotomayor assinalou que o PARLASUL deve avançar em um trabalho institucional mais sistemático sobre o tema e afirmou que “não podemos estar discutindo um acordo União Europeia-MERCOSUL como meros espectadores”, ressaltando a importância de que o órgão parlamentar contribua para definir posições e propostas sobre o processo.

O intercâmbio refletiu o interesse das delegações parlamentares em continuar aprofundando a análise política e institucional de um dos acordos birregionais mais relevantes para o MERCOSUL. Nesse sentido, diversos parlamentares coincidiram na importância de

que o PARLASUL acompanhe o processo de implementação e monitoramento do acordo, apresentando propostas e contribuindo para o debate regional sobre suas implicações econômicas, sociais e comerciais.

Prevê-se que o tema continue sendo abordado nas próximas instâncias de trabalho do PARLASUL, quando os parlamentares poderão retomar o debate e avaliar os avanços da agenda de integração birregional entre o MERCOSUL e a União Europeia. Nesse contexto, o processo de ratificação continua avançando em ambos os blocos: Uruguai, Argentina e Brasil já aprovaram o tratado em seus respectivos parlamentos, enquanto o Paraguai ainda precisa concluir seu processo legislativo.





PARLASUL presente na assinatura do Acordo MERCOSUL - União Europeia

Agência PARLASUL. A Delegação do Parlamento do MERCOSUL (PARLASUR) esteve presente na cidade de Assunción, acompanhando a histórica assinatura do Acordo de Associação entre o MERCOSUL e a União Europeia, marco para a cooperação birregional, realizada no Gran Teatro José Asunción Flores, local onde também foi assinado o Tratado de Assunción, documento fundador do MERCOSUL.

A delegação foi integrada pelo Presidente Rodrigo Gamarra (Paraguai), pelos Vice-Presidentes Humberto Costa (Brasil), Gustavo Arrieta (Argentina) e Nicolás Viera (Uruguai), além dos Chefes de Delegação Arlindo Chinaglia (Brasil) e Fabiana Martin (Argentina).

O Acordo MERCOSUL-União Europeia representa um marco histórico nas relações entre ambos os blocos, após mais de duas décadas de negociações, e abre uma nova etapa de vinculação estratégica que deverá ser acompanhada pelos parlamentos nacionais e pelo Parlamento do MERCOSUL, no âmbito de suas competências institucionais.

Nesse sentido, as autoridades do PARLASUL destacaram a importância do papel parlamentar no acompanhamento do acordo, bem como a necessidade de promover instâncias de debate democrático,

transparência e participação social durante o processo de implementação, considerando seus impactos econômicos, sociais, ambientais e trabalhistas nos Estados Partes.

Durante o ato, o Presidente do Parlamento do MERCOSUL, Rodrigo Gamarra (Paraguai), destacou o caráter histórico do acordo e o compromisso democrático do PARLASUR com o desenvolvimento regional. "Dia histórico para o MERCOSUL, aqui na cidade de Assunción, com a assinatura do Tratado de Livre Comércio mais importante da história, que vai beneficiar mais de 780 milhões de consumidores", afirmou, ao sublinhar que a presença do Parlamento do MERCOSUL reafirma o compromisso com o progresso e o desenvolvimento da região.

Por sua vez, o Vice-Presidente do PARLASUL pelo Brasil, Humberto Costa, assinalou que a assinatura do acordo constitui um passo decisivo em favor do multilateralismo e do desenvolvimento regional, em um contexto internacional marcado por tendências ao unilateralismo. "Agora é pra valer. Acaba de ser assinado aqui o Acordo Comercial e Político entre a União Europeia e o MERCOSUL", expressou, destacando o papel desempenhado pelo Brasil e pelo presidente Lula na concretização do acordo, que permitirá impulsionar o crescimento econômico e melhorar as condições de vida dos povos da região.

Por sua vez, o Vice-Presidente Gustavo Arrieta (Argentina) destacou a assinatura do Acordo MERCOSUL-União Europeia como um sinal positivo em um cenário global atravessado por tensões geopolíticas e comerciais. "A assinatura do acordo União Europeia-MERCOSUL, sem dúvida alguma, é um triunfo do multilateralismo", afirmou, ao ressaltar que se trata de um entendimento trabalhado ao longo de mais de 25 anos, que integra dimensões comerciais, políticas, institucionais e de cooperação, e que abre uma nova etapa de debate parlamentar para assegurar benefícios concretos para a região.

Na sequência, o Vice-Presidente Nicolás Viera (Uruguai) expressou satisfação e expectativas positivas diante da concretização do acordo, alcançado após décadas de intercâmbios entre ambos os blocos. "Estamos muito contentes e esperançosos com a assinatura deste acordo que finalmente se concretiza após tantas décadas", assinalou, ao afirmar que o entendimento representa uma oportunidade para que o MERCOSUL se fortaleça e se projete estrategicamente, com o objetivo de promover o bem-estar de seus povos.

Por sua vez, o Chefe de Delegação do Brasil, Arlindo Chinaglia, ressaltou a assinatura do acordo como uma conquista histórica do processo de integração regional e destacou o

papel decisivo do Brasil na articulação entre os Estados Partes. "Acaba de ser assinado o Acordo MERCOSUL-União Europeia, uma grande conquista e o primeiro passo de um esforço que resultou no maior acordo comercial do planeta", afirmou, ao sublinhar seu alcance demográfico e econômico, bem como as oportunidades que se abrem em matéria de investimentos, emprego e desenvolvimento sustentável. Além disso, recordou que o PARLASUR criou uma comissão específica para o acompanhamento do processo e assinalou que se inicia agora a etapa de tratamento nos parlamentos nacionais.

Por fim, a Chefe de Delegação pela Argentina, Fabiana Martin, destacou a importância histórica do momento e o papel que deverá assumir o âmbito parlamentar regional na etapa que se inicia. "Estamos prestes a presenciar mais um passo, muito importante, neste acordo União Europeia-MERCOSUL", afirmou, ao sublinhar que se inicia uma fase de análise diplomática e parlamentar para garantir a aplicação efetiva do acordo, tarefa para a qual o PARLASUR já vem trabalhando por meio de uma comissão específica.

O PARLASUL continuará trabalhando para contribuir com o fortalecimento institucional do MERCOSUL e com o diálogo interparlamentar com a União Europeia, em favor de uma integração regional equilibrada, inclusiva e orientada ao desenvolvimento de seus povos.



Conheça mais sobre o PARLAMENTO JUVENIL DO MERCOSUL

Principais objetivos

O Parlamento Juvenil do MERCOSUL (PJM) é uma iniciativa regional que promove a participação cidadã das juventudes, fortalecendo a cultura democrática e o compromisso com a integração. Seu propósito é gerar um espaço institucional no qual estudantes dos Estados Partes possam debater, trocar experiências e formular propostas sobre educação, direitos humanos, inclusão social, desenvolvimento sustentável e inovação. Por meio do diálogo e da deliberação, o PJM promove o pensamento crítico, a construção de consensos e a participação juvenil na agenda do MERCOSUL.

PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA ATIVA

Origem e contexto de criação

O Parlamento Juvenil do MERCOSUL surge em 2008 no âmbito do Setor Educacional do MERCOSUL como uma política regional orientada a fortalecer a dimensão social e cidadã do processo de integração. Sua criação respondeu à necessidade de consolidar espaços institucionais onde as juventudes pudessem expressar suas ideias e contribuir para o debate regional. Desde então, o PJM consolidou-se como um mecanismo de cooperação educacional que promove o pluralismo, o respeito à diversidade e a formação democrática, acompanhando a evolução da agenda regional com novos temas e desafios.

FORMANDO CIDADANIA REGIONAL

Quem participa?

Participam estudantes de 14 a 19 anos que cursam o Ensino Médio em escolas técnicas e colégios públicos dos Estados Parte. A seleção é realizada por meio de instâncias institucionais, regionais e nacionais que garantem representatividade territorial, diversidade social e pluralismo. Os jovens parlamentares desenvolvem um processo formativo acompanhado por docentes e equipes técnicas, que combina pesquisa, debate e construção coletiva de propostas, fortalecendo habilidades de liderança, diálogo e responsabilidade cidadã.

JUVENTUDE E PLURALISMO REGIONAL

Cidadania do MERCOSUL #PARLASUL20ANOS

O processo é organizado em etapas sucessivas. Nos centros educacionais, os estudantes trabalham sobre eixos temáticos comuns e selecionam delegações que representarão seu departamento, estado ou província na instância nacional. Na etapa nacional, as propostas elaboradas são integradas na Declaração Nacional do PJM. Posteriormente, é designada a delegação que representará cada país na instância internacional por um período de dois anos (2023-2025), onde são realizadas sessões de debate em comissões e plenários regionais.

DIÁLOGO E CONSENSO

Como se desenvolvem os encontros?

Ao final de cada encontro internacional, os jovens elaboram uma Declaração Final que sintetiza as conclusões e recomendações surgidas do trabalho nas comissões. Esses documentos reúnem as reflexões realizadas antes e durante as jornadas deliberativas, avaliando problemáticas regionais sob a perspectiva juvenil. As declarações constituem uma contribuição às políticas públicas nas áreas educacional e social e são apresentadas às autoridades nacionais e regionais, bem como ao Plenário do PARLASUL, fortalecendo a institucionalidade participativa do bloco.

JUVENTUDE COM VOZ PRÓPRIA

Declarações finais e propostas

Ao longo de suas edições, o Parlamento Juvenil do MERCOSUL tem contribuído para consolidar uma geração de jovens com consciência regional, capazes de dialogar além das fronteiras e de projetar propostas para um MERCOSUL mais inclusivo e democrático. No marco dos 20 anos do PARLASUL, reafirma-se que a integração também se constrói a partir da educação, da participação e do compromisso das novas gerações, fortalecendo a cidadania regional como pilar do processo integrador.

INTEGRAÇÃO COM FUTURO

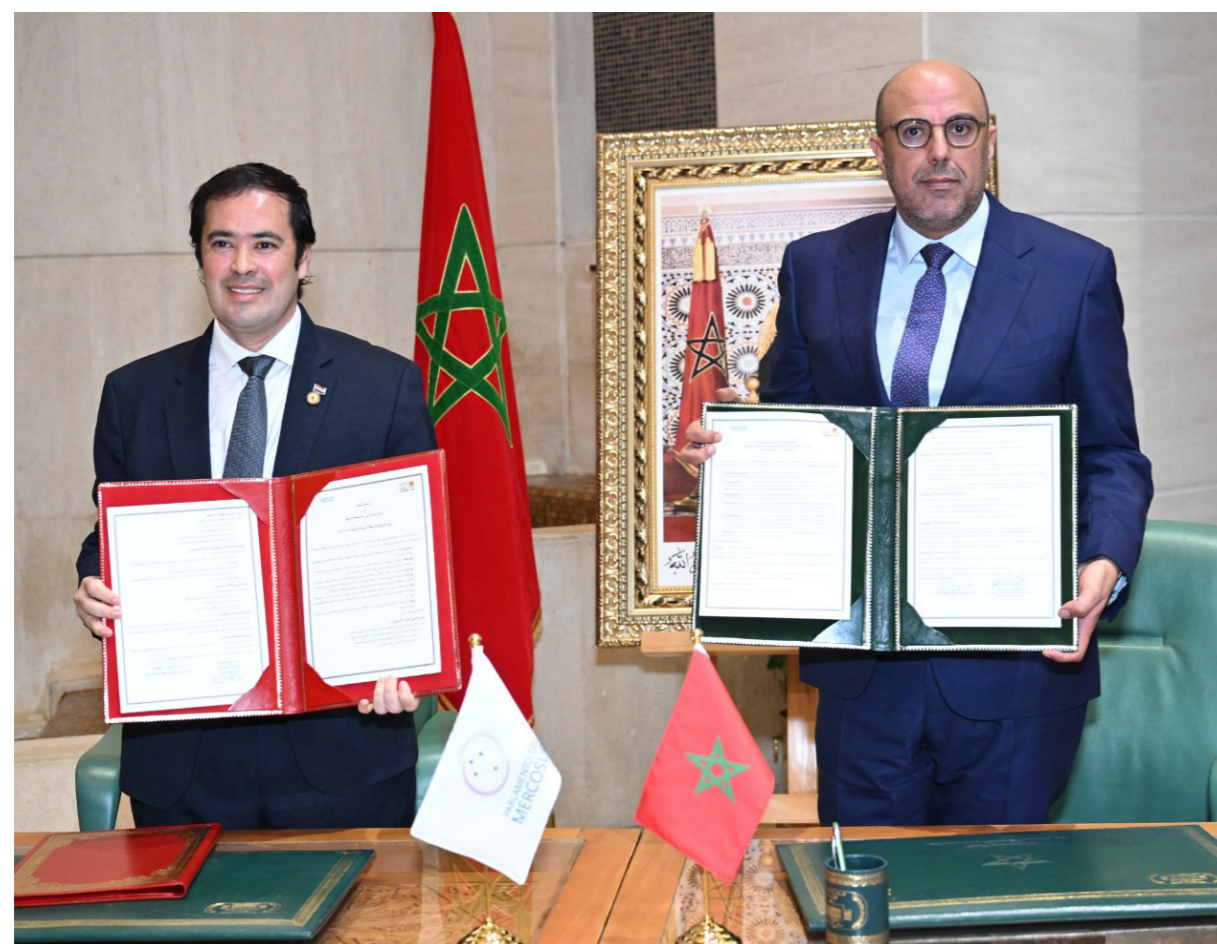
Impacto na integração regional

PARLASUL e Parlamento do Marrocos firmam acordo de cooperação interparlamentar

Agência PARLASUL. O Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL) e a Câmara dos Conselheiros do Reino do Marrocos firmaram um Memorando de Entendimento para dar continuidade à cooperação interparlamentar, ao diálogo político e ao fortalecimento dos vínculos institucionais entre ambas as partes, durante visita oficial realizada ao país pelo Presidente do PARLASUL, Rodrigo Gamarra. A assinatura do memorando abriu a agenda oficial na segunda-feira, 6 de abril, integrando uma jornada de alto nível junto às autoridades do Parlamento marroquino.

A delegação do PARLASUL foi composta também pelo Parlamentar Derlis Maidana, Chefe da Delegação do Paraguai; pela Parlamentar Fabiana Martín, Chefe da Delegação da Argentina; e pelo Parlamentar Alejandro Deanes (Argentina), entre outros funcionários.

Após a assinatura do memorando, Gamarra reuniu-se com Mohamed Ould Errachid, Presidente da Câmara dos Conselheiros do Parlamento do Reino do Marrocos. Posteriormente, a delegação do PARLASUL



foi recebida pelo Vice-Presidente da Câmara dos Representantes do Parlamento do Reino do Marrocos, Abdelmajid Fassi Fihri, em outra instância voltada a aprofundar o relacionamento parlamentar entre a América do Sul e o Marrocos.

A agenda prosseguiu na terça-feira, 7 de abril, com uma reunião bilateral com Nasser Bourita, Ministro das Relações Exteriores, Cooperação Africana e Marroquinos Residentes no Exterior, com o objetivo de dar continuidade ao fortalecimento dos laços entre o PARLASUL e o Marrocos. Ao final do encontro, Gamarra destacou que esse tipo de instância “permite aproximar posições” e “ajustar os temas de interesse comum para ambas as regiões”, ao mesmo tempo em que ressaltou a importância estratégica da relação com o Marrocos como porta de entrada para o mundo árabe e o continente africano.

Em suas declarações, o Presidente do PARLASUL afirmou ainda que “o diálogo parlamentar e a diplomacia parlamentar” são ferramentas fundamentais para consolidar relações mais sólidas entre países e blocos regionais, reafirmando a disposição do organismo de atuar como canal de articulação entre o MERCOSUL e o Marrocos.

A agenda de terça-feira incluiu também um encontro com Abdelkader Aamara, Presidente do Conselho Econômico, Social e Ambiental, e posteriormente uma reunião com Mohamed Bachiri, Presidente do grupo *Maroc Industrie*; Youssef El Alaoui, Presidente do grupo parlamentar da União Geral das Empresas do Marrocos; bem como com presidentes de federações e conselhos de comércio, onde foram tratados temas de dimensão econômica, empresarial e de cooperação produtiva.

Por fim, a missão foi concluída na quarta-feira, 8 de abril, com a participação da delegação na sessão inaugural da Conferência de Senados Africanos, liderada por Mohamed Ould Errachid e por Kandia Kamissoko Camara, Presidenta do Senado da Costa do Marfim e atual Presidenta da Associação de Senados da África. Nesse mesmo dia, no período da tarde, a delegação reuniu-se com Riad Mezzour, Ministro da Indústria e Comércio, consolidando uma visita de alto nível político e institucional que projeta o PARLASUL como espaço de diálogo com a África e o mundo árabe.



Bolívia incorpora-se ao PARLASUL e elege Mario Herrera como Vice-Presidente

Agência PARLASUL. Na recente CVI Sessão Ordinária, realizada na sede da Legislatura da Província de Córdoba, República Argentina, representantes da Bolívia assumiram compromisso durante a sessão, em uma jornada na qual o Parlamentar Mario Antonio Herrera Sánchez foi eleito Vice-Presidente do organismo pela Delegação boliviana. Também tomaram posse os Parlamentares Nathaly Solares Tuesta, Bastián Giesse, Viviana Romero Morante, María José Torrez e Elizabeth Rodríguez.

Cabe destacar que a Parlamentar Nathaly Solares informou ao plenário que “como delegação boliviana decidimos unanimemente que nosso representante seja o Parlamentar Mario Herrera”. A proposta foi aprovada pelo plenário, dando lugar à posse do novo Vice-Presidente boliviano no PARLASUL.

Em sua primeira intervenção, Herrera afirmou que a Bolívia deve assumir um papel ativo no

processo de integração regional. “A Bolívia não pode viver de costas para os processos de integração. Nossa incorporação ao MERCOSUL deve ser uma decisão com conteúdo político, econômico e institucional”, afirmou. Na mesma linha, ressaltou que a participação boliviana não deve ser simbólica, mas orientada a resultados concretos: “Não estamos aqui apenas para ocupar um espaço, estamos aqui para fazer com que essa integração produza resultados reais para nossa gente”.

Além disso, destacou o papel do PARLASUL nesse processo ao afirmar que “a diplomacia parlamentar não é apenas uma formalidade, é uma ferramenta para construir consensos, sustentar posições de Estado, fortalecer vínculos e acompanhar com seriedade os processos que marcarão o futuro de cada um de nossos países”.

A incorporação da Delegação boliviana foi saudada por parlamentares. Entre eles, Celso Russomanno (Brasil) destacou que “é muito importante a participação da Bolívia para que possamos fortalecer cada vez mais o nosso bloco”. O Vice-Presidente Gustavo Arrieta (Argentina) sublinhou que a incorporação da Bolívia “é muito importante para discutir esses temas e outros que fazem parte da agenda”, enquanto o Parlamentar Carlos María López (Paraguai) desejou êxito à delegação e expressou sua expectativa de que a integração latino-americana continue se fortalecendo. Por sua vez, Mariano Fernández (Argentina) deu as boas-vindas aos novos representantes e os convidou a se integrarem rapidamente ao trabalho nas comissões.

Agenda da nova Delegação

Durante o tema livre, a Parlamentar Nathaly Solares (Bolívia) propôs avançar no desenvolvimento de corredores bioceânicos para conectar o Atlântico e o Pacífico por meio de infraestrutura moderna de transporte, comércio e logística. Nesse contexto, afirmou que a Bolívia, por sua localização no centro da América do Sul, pode tornar-se “uma ponte natural que facilite o comércio entre os países do MERCOSUL e os mercados da Ásia”,

destacando que essa iniciativa permitirá reduzir custos logísticos, impulsionar o comércio, gerar emprego e promover o desenvolvimento sustentável.

Por sua vez, o Parlamentar Bastián Giesse (Bolívia) destacou a juventude como ator central do processo regional. “Se queremos que a integração do MERCOSUL seja duradoura, devemos incorporar as novas gerações como protagonistas do processo regional”, afirmou. Também defendeu uma integração com maior intercâmbio acadêmico, inovação, serviços digitais, indústrias criativas e participação política juvenil, ao destacar que “a integração do século XXI não será construída apenas com tratados comerciais ou acordos, mas com redes de jovens”.

Com a posse de seus novos parlamentares e a eleição de Mario Herrera como Vice-Presidente, a Bolívia formalizou uma presença renovada no PARLASUL e apresentou uma agenda de inserção regional com ênfase em conectividade, desenvolvimento produtivo, juventude e integração efetiva.



Protocolo de Ushuaia

Agência PARLASUL. A consolidação democrática na América do Sul foi um dos principais desafios enfrentados pelos países do MERCOSUL após as ditaduras e crises institucionais que marcaram as décadas de 1970 e 1980. Embora o bloco regional tenha sido criado em 1991 com forte enfoque econômico e comercial, rapidamente surgiu a necessidade de construir uma integração sustentada também em princípios políticos comuns.

Nesse contexto, em 24 de julho de 1998, os Estados Parte assinaram o Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático, estabelecendo que a plena vigência das instituições democráticas constituía uma condição essencial para a participação no MERCOSUL.

A iniciativa surgiu em um cenário regional marcado por desafios institucionais. Um dos fatos que impulsionou o debate foi a crise política registrada no Paraguai em 1996, quando uma tentativa de golpe de Estado liderada pelo general Lino Oviedo colocou em tensão a estabilidade democrática do país e acendeu um sinal de alerta entre os governos da região.

Diante desse cenário, os Presidentes dos Estados Parte decidiram avançar em um

mecanismo comum capaz de responder a eventuais rupturas da ordem constitucional. Assim, os então mandatários Carlos Menem (Argentina), Fernando Henrique Cardoso (Brasil), Raúl Cubas Grau (Paraguai) e Julio María Sanguinetti (Uruguai) assinaram o acordo na cidade de Ushuaia, Argentina.

O Protocolo estabeleceu mecanismos de ação conjunta diante de alterações ou rupturas da ordem democrática em qualquer um dos Estados Parte, prevendo desde consultas políticas até a aplicação de sanções diplomáticas, comerciais e institucionais.

Dessa forma, o MERCOSUL incorporou pela primeira vez uma cláusula democrática regional, fortalecendo sua dimensão política e reafirmando que a integração regional não poderia sustentar-se apenas sobre interesses econômicos, mas também sobre valores compartilhados, estabilidade institucional e respeito ao Estado de Direito.

Com o passar dos anos, o Protocolo de Ushuaia consolidou-se como um dos principais instrumentos políticos do bloco, tornando-se uma referência regional em matéria de defesa da democracia e cooperação institucional na América do Sul.



A democracia COMO CONDIÇÃO DE PERTENCIMENTO REGIONAL



Ivan Dubois
Parlamentar da
Delegação da Argentina

O MERCOSUL não é apenas um espaço econômico. É, antes de tudo, uma comunidade política fundada sobre uma premissa essencial: nenhum processo de integração regional pode se sustentar sem democracia.

O Protocolo de Ushuaia consagrou essa ideia com clareza. A plena vigência das instituições democráticas é uma condição essencial para o desenvolvimento do processo de integração regional — é a condição básica de pertença ao bloco. Não basta convocar eleições se estas se realizam sob perseguição política, proscricção de opositores, censura, manipulação institucional, execuções extrajudiciais ou encarceramento de dirigentes. Uma eleição sem liberdade não é democracia; é apenas uma encenação.

O caso da Venezuela representa um alerta para toda a América do Sul. Enquanto persistirem presos políticos, perseguição à dissidência, ausência de garantias eleitorais, instituições subordinadas ao poder e centros de detenção denunciados por organismos internacionais e organizações de direitos humanos como espaços de tortura, incomunicação e repressão política, não se pode falar em condições democráticas plenas. E, sem condições democráticas plenas, não corresponde normalizar sua reincorporação ao funcionamento institucional do MERCOSUL como se nada tivesse ocorrido.

A defesa da democracia exige coerência. Não se pode exigir respeito institucional em um país e tolerar autoritarismo em outro por conveniência ideológica, comercial ou

diplomática. Em outras palavras, a cláusula democrática deve ser aplicada com a mesma medida para todos. Caso contrário, deixa de ser um princípio e se transforma em uma ferramenta circunstancial.

O PARLASUL tem uma responsabilidade especial nesse ponto, já que, como órgão de representação regional, deve lembrar que a integração não pode ser construída sobre silêncios cúmplices. A paz, o comércio, a cooperação e o desenvolvimento exigem governos legítimos, cidadãos livres e instituições que respondam à lei e não ao medo.

A democracia na América do Sul não se defende apenas quando está consolidada. Defende-se, sobretudo, quando está ameaçada — e se defende com palavras claras, regras firmes e a decisão política de nunca normalizar a opressão.

O MERCOSUL deve continuar sendo uma comunidade de nações democráticas. Essa é sua base moral, jurídica e política. Todo país que aspire a participar plenamente do bloco, ou a ser plenamente reincorporado ao seu funcionamento institucional, deve demonstrar — não apenas declarar — que respeita a liberdade de seus cidadãos, a competição eleitoral real, o Estado de Direito e os direitos humanos fundamentais. Sem isso, não há integração possível.

PARLASUL fortalece o diálogo e a cooperação global na 152ª ASSEMBLEIA DA UIP EM ISTAMBUL

Agência PARLASUL. O Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL) participou da 152ª Assembleia da União Interparlamentar (UIP), realizada em Istambul, Turquia, consolidando-se como um espaço estratégico de articulação parlamentar da América Latina e do Caribe no cenário internacional.

A Delegação do PARLASUL foi liderada por seu Presidente, Rodrigo Gamarra (Paraguai), junto ao Vice-Presidente pelo Uruguai, Nicolás Viera, e ao Parlamentar Franco Metaza (Argentina), que integraram a agenda oficial de atividades, incluindo a cerimônia de abertura do encontro.

Nesse contexto, o Vice-Presidente pelo Uruguai, Nicolás Viera, destacou a relevância da participação do bloco regional neste âmbito multilateral, afirmando que: “Para o PARLASUL, esta instância de participação com a União Interparlamentar é extremamente importante, não apenas porque amplia nosso espectro de participação, intercâmbio, diálogo e diplomacia parlamentar com outros

parlamentos e parlamentares, mas também porque nos permite trocar experiências sobre temas comuns, em um mundo claramente fragmentado e com desafios em sua governança”.

Durante a Assembleia, a delegação manteve diversas reuniões bilaterais com autoridades parlamentares de diferentes regiões do mundo. Entre elas, o encontro com a delegação da Austrália, presidida por Milton Dick, no qual foi destacado o 70º aniversário desse país como membro da União Interparlamentar. Na ocasião, também houve um intercâmbio institucional no qual o representante australiano manifestou interesse em candidatar-se à presidência da UIP e expressou sua intenção de visitar os países do MERCOSUL no mês de julho, com o objetivo de continuar fortalecendo os vínculos com o PARLASUL.



Por sua vez, no encontro com o Presidente do Parlamento Árabe, Mohamed Ahmed AlYammahi, foram abordados temas relacionados à cooperação interparlamentar entre ambas as regiões. Nesse contexto, discutiu-se a possibilidade de construir uma voz comum em favor da paz, em linha com o espírito da Assembleia, especialmente diante dos atuais conflitos internacionais. Também foram tratadas iniciativas de intercâmbio econômico, como a eventual criação de um fórum entre as regiões, e o fortalecimento do trabalho conjunto entre comissões parlamentares.

Também foram realizadas reuniões com o Presidente do Parlamento do Marrocos, Mohamed Ould Errachid, reafirmando o interesse mútuo em aprofundar os vínculos institucionais, e com a Presidenta do Parlamento Regional da África Ocidental, Hadja Mémounatou Ibrahima, instância liderada pelo Vice-Presidente Nicolás Viera no marco do fortalecimento do diálogo Sul-Sul, com o objetivo de impulsionar a diplomacia parlamentar e construir pontes entre a África e os países do MERCOSUL.

No âmbito dos debates da Assembleia, o Parlamentar argentino Franco Metaza participou do Fórum de Jovens Parlamentares e contribuiu para o processo de redação do item de emergência do comunicado final, referente aos conflitos no Oriente Médio. Nesse sentido, afirmou: “A contribuição que acabo de fazer está relacionada à necessidade de deixarmos de lado expressões

politicamente corretas que, no âmbito da diplomacia, podem parecer adequadas em prol da paz, e passarmos a ser mais precisos na identificação dos Estados que atacam outros Estados, que invadem territórios e que violam o direito humanitário e o direito internacional público”.

Ao final de sua participação, o Presidente do PARLASUL, Rodrigo Gamarra, destacou a importância do diálogo como ferramenta central para a construção da paz: “Não acredito que a paz se construa apenas com discursos. A paz é uma construção permanente que deve ser sustentada pelo recurso natural mais importante que temos como seres humanos: o diálogo”, afirmou. Além disso, ressaltou o papel do bloco regional como espaço de integração e entendimento, destacando que “para a construção da paz e a sustentabilidade da democracia é necessário fortalecer as instituições”, sublinhando que, a partir do MERCOSUL, se promove a criação de “espaços de diálogo e integração dentro e fora da região”, como base para a convivência na diversidade e o avanço da cooperação internacional.

A participação do PARLASUL na 152ª Assembleia da UIP reflete sua disposição em continuar construindo pontes, promovendo o diálogo e contribuindo, a partir da região, para a busca de soluções concretas que favoreçam a paz e o bem-estar dos povos.



Proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais:

UMA AGENDA REGIONAL IMPOSTERGÁVEL

Há um tema que não pode permanecer alheio à agenda do MERCOSUL: a proteção de crianças e adolescentes nos ambientes digitais. É comum a todos os nossos países, atravessa sociedades, famílias e ultrapassa fronteiras.

As plataformas digitais utilizadas por nossas crianças e adolescentes são empresas transnacionais presentes em dezenas de países, com amplas capacidades econômicas e jurídicas. Diante dessa assimetria, devemos trabalhar em bloco. A experiência da União Europeia pode ser um bom exemplo: conseguiu estabelecer padrões em matéria de proteção de dados, limites a determinados desenhos das plataformas e maiores exigências em transparência algorítmica — medidas que dificilmente teriam sido alcançadas se cada Estado tivesse atuado de forma isolada.

O problema não reside apenas nos conteúdos que circulam nessas plataformas, mas no seu próprio modelo de negócio: sistemas projetados para captar e reter a atenção — inclusive a dos mais jovens — acima do seu bem-estar. Os efeitos sobre a saúde mental de crianças e adolescentes estão amplamente documentados: aumento da ansiedade, depressão, deterioração da autoestima, isolamento social e familiar, autoagressões e tentativas de auto eliminação. Em 2026, jurados dos Estados Unidos responsabilizaram a Meta e o Google por promover condutas aditivas e expor menores a conteúdos nocivos. Não foram decisões acidentais: responderam a escolhas deliberadas de design. O debate já não é apenas técnico ou acadêmico: é, sobretudo, um debate regulatório. Em nossa região, já se está trabalhando nisso. O Brasil, entre outros, avançou de maneira significativa. Vários países estão construindo respostas: limites de idade para o acesso às plataformas, mecanismos de

consentimento parental, restrições ao uso de dispositivos em centros educativos.

Diversos países fora da região também vêm ensaiando respostas. A Austrália proibiu o acesso às redes sociais para menores de 16 anos. França e Espanha avançam em restrições semelhantes. Nos Estados Unidos, a Flórida proíbe contas para menores de 14 anos. No Uruguai, existem iniciativas legislativas em curso e experiências concretas em centros educativos com resultados positivos em atenção, convivência e desempenho acadêmico.

Mas essas respostas, embora valiosas, são fragmentadas. A regulação não pode ficar restrita a cada um de nossos países. O PARLASUL tem aqui um papel a cumprir: não apenas trocar experiências regulatórias e identificar padrões mínimos compartilhados, mas também impulsionar uma legislação regional de referência que permita aos nossos países falar com uma só voz diante das plataformas transnacionais.

Por isso, a proposta é concreta: avançar na construção de uma agenda regional comum para a proteção de crianças e adolescentes nos ambientes digitais. Uma agenda que nos permita trocar experiências, conhecer o que cada um está fazendo e potencializá-lo por meio da cooperação regional.

A proteção da infância no ambiente digital é uma obrigação jurídica — estabelecida pela Convenção sobre os Direitos da Criança —, mas é, acima de tudo, uma responsabilidade ética impostergável. Uma que nos exige seriedade, visão de futuro e a capacidade de agir em conjunto.



Daniel Borbonet
Parlamentar da
Delegação do Uruguai

O PARLASUL

ENTRE A INSTITUCIONALIDADE DEMOCRÁTICA E O DESAFIO VENEZUELANO



Fabiana Martin
Parlamentar da
Delegação da Argentina

O Parlamento do MERCOSUL nasceu não apenas como um espaço de deliberação política, mas como o garante ético e democrático da integração regional. Seu papel não é meramente consultivo; segundo seu Protocolo Constitutivo, o órgão deve velar pela observância das normas do bloco e, fundamentalmente, pela preservação da democracia nos Estados Partes.

Essa missão e responsabilidade decorrem do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático, a pedra angular que estabelece que a plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para a existência e permanência no MERCOSUL. Quando essa ordem é quebrada, o bloco tem a obrigação jurídica e moral de agir.

O Protocolo de Ushuaia faculta aos Estados membros suspender um sócio caso haja ruptura da ordem democrática. No caso da Venezuela, essa não foi uma decisão arbitrária, mas a resposta a uma deriva autoritária que desmantelou a separação de poderes e violou direitos civis e fundamentais.

Os acontecimentos de janeiro de 2026 não significaram um restabelecimento da democracia naquele país.

Reincorporar a Venezuela ao PARLASUL no contexto atual significaria esvaziar de conteúdo esses protocolos por várias razões críticas:

Institucionalidade em Suspensão: Para que um Estado integre o PARLASUL, primeiro deve ser parte do MERCOSUL; em seguida, seus representantes devem ser eleitos por meio de voto popular, universal e secreto, sob padrões de transparência internacional. Hoje, a legitimidade dos processos eleitorais na Venezuela continua sob questionamento

internacional, sem prejuízo de que o país ainda se encontre suspenso do MERCOSUL.

O Respeito aos Direitos Humanos: O Protocolo de Ushuaia vincula a democracia ao respeito aos direitos humanos. Enquanto existirem relatórios sobre perseguição política e detenções arbitrárias, a entrada da Venezuela representaria uma contradição com os valores que o PARLASUL jura defender. Uma Lei de Anistia revogada por quem se encontra à frente da Presidência na Venezuela não tem sido suficiente para satisfazer as demandas internacionais nessa matéria.

A Segurança Jurídica do Bloco: A estabilidade do MERCOSUL depende de que seus membros compartilhem uma linguagem política comum. A reincorporação prematura, sem reformas estruturais comprováveis em Caracas e eleições livres e transparentes, enfraqueceria a credibilidade do bloco perante parceiros comerciais globais, como a União Europeia.

Velar pela democracia não é uma ingerência em assuntos internos, mas o cumprimento de um contrato firmado voluntariamente pelos Estados. O PARLASUL deve ser o refúgio da pluralidade de vozes. Enquanto a Venezuela não garantir um retorno pleno ao Estado de Direito e eleições com garantias reais para todos os atores, sua cadeira no Parlamento regional deve permanecer vazia — não como punição, mas como um lembrete de que a democracia não é negociável, e de que esperamos de braços abertos os representantes do povo.

A integração regional só será sólida se for construída sobre instituições sólidas, e o Protocolo de Ushuaia é a única bússola válida para que o MERCOSUL não perca seu rumo democrático.

PARLASUL firma acordos institucionais e debate prioridades regionais em sua CVII SESSÃO PLENÁRIA

Agência PARLASUL. O Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL) realizou sua 107ª Sessão Ordinária, no Palácio Legislativo, em Montevideu, Uruguai, presidida pelo Parlamentar Rodrigo Gamarra (Paraguai), que, acompanhado pelo Presidente da Câmara de Representantes do Uruguai, Rodrigo Goñi, deu início a uma Sessão Especial sob o eixo temático "Francisco, o Papa da Paz: rumo a uma geopolítica da paz no MERCOSUL".

Após a Sessão Especial, o Presidente Gamarra, juntamente com o Parlamentar Bohn Gass (Brasil), subscreveu uma carta de intenção com o Parlamento Internacional Municipal (PARLIM) e um acordo de intenção com a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), representada por sua Reitora, Diana Pereira, com o objetivo de promover iniciativas conjuntas. Na mesma jornada, foi firmado um convênio marco de cooperação com o Presidente da Administração Nacional de Telecomunicações (ANTEL), Alejandro Paz,

juntamente com Laura Saldanha, Gerente-Geral da ANTEL.

Ao iniciar a Sessão Ordinária, foi realizada a tomada de compromisso e a incorporação formal ao PARLASUL dos Parlamentares Daniel Roberto Maraño Tovar (Bolívia), Domingo Rielli (Uruguai) e Sérgio Turra (Brasil).

Por outro lado, o Embaixador Didier Olmedo realizou a entrega do relatório da Presidência Pro Tempore do Paraguai, no qual destacou como fato histórico a assinatura do Acordo MERCOSUL-União Europeia e ressaltou o compromisso dos poderes legislativos para avançar em sua aprovação. Da mesma forma, reafirmou a continuidade do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) como uma das principais prioridades para o fortalecimento do processo de integração regional.



Durante o debate, o PARLASUL tratou de uma agenda de iniciativas que abrange tecnologia, saúde e cidadania. Foi aprovada uma declaração de interesse regional para a luta contra o Alzheimer e outras demências, assim como uma declaração que aborda a promoção do uso ético e responsável da inteligência artificial com enfoque em direitos humanos. Também foram aprovadas recomendações vinculadas à modernização e transformação digital do Parlamento, ao impulso da alfabetização midiática e informacional nos países do MERCOSUL e ao acompanhamento de projetos de inovação em saúde, como o destinado à detecção precoce da retinopatia diabética. Cabe destacar que também foi aprovada a Disposição Orçamentária para o ano de 2026, em uma instância que contou com amplo intercâmbio entre Parlamentares dos diferentes Estados Partes, os quais contribuíram com diferentes perspectivas sobre o planejamento orçamentário e seu impacto no funcionamento institucional do Parlamento.

Sessão Especial dedicada ao Papa Francisco

Cabe destacar que, durante a Sessão Especial sob o eixo temático "Francisco, o Papa da Paz: rumo a uma geopolítica da paz no MERCOSUL", o Presidente Gamarra, o Presidente da Câmara de Representantes do Uruguai, Rodrigo Goñi, e os Parlamentares Raul Bittel, Matías Sotomayor (Argentina) e Yamil Esgaib (Paraguai) abriram a atividade, destacando a atualidade do pensamento de Francisco no contexto internacional.

Houve a participação de diversos representantes da sociedade civil, como Manuel Desa, Gonzalo Estevez, vigário e sacerdote de Montevideu, Juan Carlos Molina, sacerdote argentino, Gustavo Vera, fundador da Fundação La Alameda, e Eduardo Valdez, ex-Embaixador junto à Santa Sé, que contribuíram com diferentes perspectivas sobre o legado do Papa Francisco, especialmente no que se refere ao diálogo inter-religioso, à inclusão social, à defesa dos direitos humanos e à necessidade de avançar em direção a uma governança global mais solidária.



Delegação brasileira no PARLASUL recebe eurodeputados para debater acordo MERCOSUL-UE

Agência PARLASUL. A Delegação brasileira no Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL) recebeu representantes da Delegação do Parlamento Europeu para as Relações com o Brasil em agenda interparlamentar voltada ao fortalecimento do diálogo político e ao acompanhamento da implementação do acordo entre o MERCOSUL e a União Europeia.

Pela manhã, o Parlamentar Nelsinho Trad presidiu reunião realizada no Senado Federal do Brasil, na qual destacou que o acordo birregional é resultado de mais de duas décadas de negociações e que a fase atual, marcada pelo início de sua implementação, demanda acompanhamento contínuo e qualificado por parte dos Parlamentos. Na ocasião, apresentou aos eurodeputados o modelo do grupo técnico instituído no âmbito da Comissão de Relações Exteriores (CRE), concebido para monitorar os impactos do acordo em setores estratégicos, como o agronegócio e a indústria.

O intercâmbio também contemplou a análise de temas transversais à agenda birregional, incluindo segurança pública, inteligência artificial e os desafios contemporâneos ao multilateralismo, além dos desdobramentos políticos e econômicos do acordo entre os blocos.

No período da tarde, os trabalhos foram conduzidos pelo Chefe da Delegação brasileira, o Parlamentar Arlindo Chinaglia, que destacou a relevância do momento nas relações birregionais, marcado pelo início da aplicação provisória do acordo comercial e pelos avanços no acordo de parceria entre os blocos. Em sua intervenção, ressaltou o papel do espaço interparlamentar como mecanismo permanente de diálogo político, especialmente em um contexto internacional desafiador para o multilateralismo.

O presidente da Delegação do Parlamento Europeu para as Relações com o Brasil, eurodeputado Hélder Sousa Silva, enfatizou o caráter estratégico da cooperação entre as partes. Segundo ele, “esse encontro ultrapassa um mero intercâmbio institucional; reflete uma parceria sólida e duradoura, que nos cabe fortalecer”. Destacou, ainda, que os vínculos entre a União Europeia e o MERCOSUL se fundamentam em valores comuns e em uma responsabilidade compartilhada frente aos desafios globais.

A embaixadora da União Europeia no Brasil, Marian Schuegraf, igualmente ressaltou a importância do acordo e da construção conjunta de soluções, sublinhando a necessidade de consolidar um ambiente

favorável ao comércio e avançar na edificação de uma ordem internacional baseada na cooperação.

Entre os principais pontos discutidos estiveram os desafios e as oportunidades decorrentes da implementação do acordo MERCOSUL– União Europeia, bem como a promoção da democracia e do multilateralismo como pilares complementares no cenário internacional contemporâneo.

No âmbito das intervenções parlamentares, o Parlamentar Pastor Eurico destacou a importância do diálogo interparlamentar para a construção de convergências em torno do acordo, ressaltando que preocupações apresentadas por países europeus, como a França, especialmente no campo dos direitos trabalhistas, encontram correspondência em diretrizes já adotadas pelo Brasil. Também enfatizou o potencial do acordo para ampliar mercados e gerar benefícios econômicos, ao mesmo tempo em que reconheceu a necessidade de assegurar equilíbrio entre os países envolvidos.

O Parlamentar Heitor Schuch ressaltou a relevância histórica e econômica do Brasil no contexto do acordo, destacando o papel do país como grande produtor de alimentos e a diversidade de sua base produtiva, especialmente no âmbito da agricultura familiar. Chamou atenção, ainda, para os desafios que determinados setores poderão enfrentar, como as cadeias de vinhos, laticínios e derivados, defendendo a adoção de políticas

públicas que assegurem a adaptação desses segmentos e promovam uma transição equilibrada.

Por sua vez, o Parlamentar Bohn Gass abordou temas estratégicos da agenda birregional, com ênfase na defesa da democracia e da soberania diante dos desafios impostos pelas novas tecnologias, como a influência de plataformas digitais e algoritmos em processos eleitorais. Destacou, ainda, a centralidade da agenda ambiental no contexto da crise climática global e defendeu o fortalecimento de modelos sustentáveis de produção de alimentos, alinhados à promoção da saúde e à segurança alimentar. Nesse contexto, mencionou iniciativas internacionais voltadas ao combate à fome, como a aliança global promovida no âmbito do G20.

Ao final, o Parlamentar Arlindo Chinaglia apresentou propostas de encaminhamento, entre as quais: a implementação de um mecanismo formal de supervisão parlamentar conjunta da aplicação do acordo; a definição de uma agenda específica de cooperação em regulação digital e governança de plataformas; e a criação de um canal permanente de intercâmbio sobre a defesa da democracia. Também foram acolhidas as prioridades indicadas pelos parlamentares europeus para as próximas reuniões, incluindo inteligência artificial, desinformação, segurança, defesa e combate ao crime organizado.



Comissão de Desenvolvimento Regional do PARLASUL debate impactos dos Data Centers

Agência PARLASUL. En el marco de la CVII Sesión Plenaria del Parlamento del MERCOSUR (PARLASUL), a Comissão de Desenvolvimento Regional Sustentável, Ordenamento Territorial, Habitação, Saúde, Meio Ambiente e Turismo realizou uma reunião de trabalho centrada nos desafios vinculados à expansão dos *Data Centers*, à segurança alimentar e à transformação tecnológica na região.

A reunião foi presidida pelo Parlamentar Heitor Schuch (Brasil) e contou com a participação dos Parlamentares e Parlamentares Cecilia Nicolini, Marina Femenía e Matías Sotomayor (Argentina); Sérgio Turra (Brasil); Carlos López e Zenaida Delgado (Paraguai); Daniel Borbonet e Maximiliano Campo (Uruguai); além da Parlamentar Natalie Solares (Bolívia).

No transcurso da reunião, o pesquisador Atahualpa Blanchet, consultor em inteligência artificial e integrante de centros de pesquisa vinculados à Universidade de São Paulo (USP) e ao Conselho Nacional de Direitos Humanos

do Brasil (CNDH), apresentou uma análise sobre os impactos ambientais, energéticos e sociais relacionados à expansão dos grandes centros de dados (*Data Centers*) nos países do MERCOSUL.

Em sua exposição, Blanchet alertou sobre os desafios associados ao elevado consumo de energia elétrica, ao uso intensivo de água nos sistemas de refrigeração e aos possíveis impactos sobre comunidades locais e povos indígenas. Além disso, destacou a necessidade de avançar em estratégias regionais vinculadas à soberania digital, à transparência tecnológica e à regulamentação da inteligência artificial.

Durante os intercâmbios, os Parlamentares e Parlamentares debateram temas vinculados aos impactos ambientais, energéticos e sociais derivados da expansão dos *Data Centers* e do avanço da inteligência artificial nos países do MERCOSUL. Nesse marco, analisaram questões relacionadas à soberania digital, governança tecnológica, proteção de dados sensíveis e resguardo de direitos nos ambientes



digitais, além da necessidade de fortalecer mecanismos regionais de cooperação diante dos desafios associados às novas infraestruturas tecnológicas.

Daniel Borbonet destacou a importância de incorporar mecanismos de proteção para crianças e adolescentes nos ambientes digitais, além de fortalecer ferramentas de transparência e governança tecnológica na região. Por sua vez, Cecilia Nicolini defendeu uma maior articulação regional diante dos desafios tecnológicos e ambientais associados às novas infraestruturas digitais, enquanto Marina Femenía alertou sobre os riscos vinculados à concentração de infraestrutura tecnológica e à necessidade de debater soberania digital e proteção de dados sensíveis no MERCOSUL.

A Comissão aprovou ainda a proposta que declara de interesse regional o XVI Congresso Argentino de Graduados em Nutrição, assim como a iniciativa que promove uma Lei Regional de Rotulagem Frontal no MERCOSUL.

Nesse contexto, Heitor Schuch defendeu o fortalecimento de políticas regionais

em matéria de saúde pública e rotulagem frontal de alimentos, afirmando que “não basta apenas combater a fome; é necessário garantir alimentação de qualidade e segurança alimentar para a população”.

Em relação aos debates sobre saúde e alimentação, Matías Sotomayor destacou a importância de promover espaços de intercâmbio entre parlamentares, especialistas e profissionais da nutrição para avançar em políticas públicas regionais sobre alimentação saudável e segurança alimentar. Por sua vez, Carlos López ressaltou a necessidade de fortalecer políticas de prevenção de doenças, educação alimentar e qualidade nutricional dos produtos consumidos pela população.

Ao final da reunião, os integrantes da Comissão coincidiram na necessidade de continuar fortalecendo a cooperação regional diante dos desafios ambientais, tecnológicos e sociais enfrentados pelos países do MERCOSUL, promovendo iniciativas conjuntas voltadas ao desenvolvimento sustentável, à segurança alimentar e à integração regional.



Rumo a uma Democracia

DE IGUALDADE REGIONAL



Franco Metaza
Parlamentar da
Delegação da Argentina

Como representantes do povo no MERCOSUL, não podemos ser testemunhas silenciosas da assimetria que sangra nossas nações. A integração regional hoje exige um passo ousado rumo à soberania fiscal em prol da igualdade, tomando como referência países de vanguarda, como por exemplo um integrante do nosso bloco econômico, o Brasil, que tem liderado no G20 a iniciativa de tributar os bilionários para combater a desigualdade extrema. O caminho para um crescimento sustentável com justiça social não está nas receitas de ajuste, mas em esquemas tributários cada vez mais progressivos que ponham fim à lógica especulativa e à acumulação desmedida de lucros gerados pelo esforço de nossos povos.

É imperativo que o MERCOSUL articule pisos comuns de tributação e regulação sobre o que denominamos as BBB (Bancos, Bets e Bilionários). No que diz respeito aos bilionários, devemos apoiar a proposta de estabelecer um imposto mínimo global de 2% sobre o patrimônio de pessoas com fortunas superiores a um bilhão de dólares. Essa medida, tecnicamente viável e moderada diante da realidade radical da desigualdade, afetaria apenas cerca de 3.000 indivíduos em nível mundial, mas tem o potencial de arrecadar entre 200 e 250 bilhões de dólares anuais para financiar o desenvolvimento e a transição climática.

Em relação ao sistema financeiro e aos bancos, a experiência regional demonstra a necessidade de impor limites aos setores rentistas que priorizam a especulação em detrimento da produção. O Brasil tem avançado nesse sentido por meio do aumento da tributação sobre *fintechs* para equilibrar a concorrência, da taxação de sociedades offshore e da fixação de alíquotas mínimas para remessas de dividendos, conseguindo

que a participação do imposto de renda nas receitas primárias cresça significativamente. Da mesma forma, a regulação (mas não a proibição) das plataformas de apostas (Bets) deve ser uma prioridade estratégica para conter a evasão e mitigar custos sociais como o endividamento familiar; para isso, é fundamental estabelecer mecanismos de corresponsabilidade e tributar essas empresas, submetendo sua atividade ao interesse público e ao desenvolvimento nacional.

O contraexemplo do Brasil no MERCOSUL é a Argentina, que vive hoje um processo de concentração e estrangeirização que configura um verdadeiro “genocídio industrial”, empobrecendo a vida não apenas dos trabalhadores, mas também das crianças e dos aposentados. Diante disso, o modelo brasileiro recente oferece evidências de eficácia: combinando reformas tributárias progressivas com expansão do gasto social, o Brasil conseguiu reduzir seu *déficit* primário em quase 90%, alcançar os níveis de desemprego mais baixos de sua série histórica e retirar novamente o país do mapa da fome. A reforma do imposto de renda no Brasil, que isenta quem ganha até R\$ 5.000 por meio de um imposto mínimo aplicado aos setores de renda ultraelevada, demonstra que é possível aliviar as classes médias enquanto se financiam direitos universais.

Em um mundo que se organiza em blocos geopolíticos, devemos unir esforços para evitar uma “corrida para o fundo”, na qual os países sacrificam salários e impostos, transformando nossa região em um refúgio fiscal que acaba sendo terreno fértil para o narcotráfico e o crime organizado. Precisamos nos recusar a ver a igualdade como uma utopia cada vez mais distante e começar a exigir que ela seja tangível. Não é impossível, não é tão difícil e o momento é agora.

Soberania Digital no MERCOSUL:

O ALGORITMO COMO FERRAMENTA DE PODER E A URGÊNCIA CIDADÃ



Marina Femenía
Parlamentar da
Delegação da Argentina

Estamos vivendo uma mudança de época sem precedentes. Não se trata simplesmente de que a tecnologia avance, mas de como essa tecnologia está reconfigurando as bases da nossa convivência, da nossa identidade e das nossas democracias. Na recente sessão de abril do Parlamento do MERCOSUL, demos um passo histórico ao aprovar três projetos de minha autoria que, longe de serem meros ajustes técnicos, constituem um manifesto pela soberania regional na Era Digital.

É imperativo desmistificar a tecnologia: a Inteligência Artificial não é neutra. Por trás de cada algoritmo há uma visão de mundo, interesses econômicos concentrados e, frequentemente, um vazio ético que os Estados já não podem ignorar. Estamos diante de uma verdadeira ferramenta de poder.

Se não regulamentarmos o “Uso ético e responsável da IA a partir de uma abordagem de Direitos Humanos”, como recomenda a UNESCO, o risco para nossa região é altíssimo. Sem uma infraestrutura própria e uma governança clara, o MERCOSUL corre o risco de se transformar em uma “colônia digital”, onde os dados de nossos cidadãos — o petróleo do século XXI — são extraídos e processados por potências estrangeiras sem qualquer controle. A falta de soberania de dados não é apenas um problema técnico; é uma ameaça direta à nossa capacidade de decidir nosso próprio destino político e econômico.

Mas o controle da máquina é apenas metade do desafio. A outra metade reside no empoderamento das pessoas. Por isso, a aprovação do projeto de “Promoção da

alfabetização midiática e informacional (AMI) na era digital” é uma resposta urgente ao desgaste do nosso tecido social.

Hoje, a desinformação e as fake news não são erros de comunicação, mas armas desenhadas para polarizar e desestabilizar. O aumento dos discursos de ódio e da violência digital, que afeta de maneira desproporcional mulheres e jovens, exige que a cidadania desenvolva um pensamento crítico profundo. A alfabetização já não é apenas saber ler e escrever; é saber discernir a verdade da manipulação algorítmica. É, em última instância, uma ferramenta de sobrevivência democrática.

Por fim, entendemos que não podemos liderar essa mudança se nossa casa comum não se adaptar. O projeto de “Modernização e transformação digital do Parlasul” busca romper com o paradigma burocrático tradicional. Queremos um Parlamento de portas abertas, com voto eletrônico e transparência de dados, que reduza a distância entre o legislador e o cidadão. Um Parlamento moderno é um Parlamento mais legítimo e eficaz.

Esses três eixos formam um círculo de proteção: regulamentamos o poder da tecnologia, empoderamos o cidadão e tornamos as instituições mais transparentes. A partir do Sul Global, estamos enviando uma mensagem clara: não permitiremos que o algoritmo decida nosso destino. Deve ser a vontade dos nossos povos que escreva o código do amanhã. Uma tecnologia a serviço da dignidade humana e de uma região soberana é possível, e hoje começamos a construí-la.



Comissão de Integração Fronteira do PARLASUL debate livre circulação, educação e cooperação regional

Agência PARLASUL. No marco da CVII Sessão Plenária do Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL), a Comissão Temporária de Integração Fronteira realizou uma reunião de trabalho para debater sobre livre circulação de cidadãos, integração educacional, mobilidade estudantil e fortalecimento das políticas públicas nas regiões de fronteira do bloco.

A reunião foi presidida pelo Parlamentar Bohn Gass (Brasil) e contou com a participação dos Parlamentares Mariano Fernández e Mariano Urbano (Argentina); Afonso Motta, Nelsinho Trad e Pompeu de Mattos (Brasil); César Cerini e Walter Kovilanski (Paraguai); além de Daniel Maraño (Bolívia). Também participaram representantes da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), autoridades municipais de Ponta Porã e integrantes do Parlamento Internacional Municipal (PARLIM).

Durante a abertura dos trabalhos, Bohn Gass destacou a necessidade de reativar os comitês bilaterais de integração fronteira entre os países do MERCOSUL, muitos dos quais não se reúnem há mais de dois anos. O Parlamentar também ressaltou experiências de cooperação em saúde nas fronteiras, mencionando iniciativas de integração entre

Brasil e Uruguai relacionadas ao atendimento de emergências e à circulação de ambulâncias.

A reitora da UNILA, Diana Araújo Pereira, apresentou os trabalhos desenvolvidos pela Rede Unifronteiras e defendeu o fortalecimento da integração educacional regional. Em sua exposição, destacou a necessidade de superar entraves burocráticos relacionados à revalidação de diplomas e à circulação de estudantes, pesquisadores e equipamentos acadêmicos entre os países do bloco, além de solicitar apoio institucional para a construção de um corredor educacional fronteiro entre os países do MERCOSUL.

Durante os debates, os Parlamentares discutiram os desafios relacionados à livre circulação de cidadãos do MERCOSUL, à integração universitária e ao fortalecimento das políticas públicas nas regiões de fronteira. Walter Kovilanski defendeu maior mobilidade entre os países do bloco e a simplificação de processos burocráticos, enquanto César Cerini destacou as dificuldades enfrentadas nos controles migratórios entre Encarnación e Posadas. Por sua vez, Mariano Fernández ressaltou a importância dos comitês de integração regional e das experiências de cooperação entre governos locais e províncias do MERCOSUL.

A reunião também contou com apresentações sobre a experiência de integração entre Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai). O Parlamentar Nelsinho Trad destacou os 25 anos de atuação conjunta do PARLIM, mencionando experiências de cooperação em saúde, infraestrutura e gestão pública, além dos avanços relacionados ao Aeroporto Internacional Binacional de Ponta Porã.

Por sua vez, Barnabé de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Ponta Porã, afirmou que a fronteira “não separa, mas conecta” as populações dos dois países, defendendo a cidade como modelo piloto de governança fronteira no MERCOSUL.

Ao longo do encontro, os participantes defenderam a necessidade de avançar na desburocratização dos mecanismos de integração regional, promovendo maior mobilidade estudantil, reconhecimento de diplomas, circulação de trabalhadores e fortalecimento da cooperação institucional entre cidades de fronteira.

Ao final da reunião, os integrantes da Comissão ressaltaram a importância de transformar os acordos regionais em políticas concretas capazes de gerar resultados práticos para as populações fronteiriças, fortalecendo a integração regional e a cooperação entre os países do MERCOSUL.

Audiência Pública sobre Migração Laboral, Mobilidade Humana e Integração Fronteira

A Comissão Temporária de Integração Fronteira do Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL), presidida pelo Parlamentar Bohn Gass (Brasil), realizou em Santa Rosa (RS) uma Audiência Pública sobre Migração Laboral, Mobilidade Humana e Integração Fronteira, reunindo Parlamentares, autoridades locais, representantes de organismos internacionais, entidades sindicais e especialistas para debater os desafios e oportunidades da mobilidade humana nas regiões de fronteira do bloco.

Durante os debates, foram abordadas questões relacionadas à circulação de trabalhadores, regularização migratória, acesso a serviços essenciais e fortalecimento da cooperação institucional entre os países do MERCOSUL. Ao final da atividade, Bohn Gass destacou a necessidade de ampliar a segurança e a circulação laboral entre os países do bloco, defendendo um MERCOSUL “cultural, econômico e socialmente integrado”.



Frente Parlamentar contra a Fome do PARLASUL consolida agenda regional sobre segurança alimentar e Direitos Humanos

Agência PARLASUL. A Frente Parlamentar contra a Fome do PARLASUL, presidida pelo Parlamentar Matías Sotomayor (Argentina), consolidou durante o primeiro semestre de 2026 uma agenda regional voltada ao fortalecimento de políticas públicas sobre segurança alimentar, soberania alimentar e direito à alimentação nos países do MERCOSUL.

Por meio de reuniões técnicas, articulação com organismos internacionais, universidades e organizações da sociedade civil, o espaço avançou em iniciativas vinculadas à rotulagem frontal de alimentos, inovação social, nutrição e construção de ferramentas regionais para combater a fome e a má nutrição.

Durante a CVI Sessão Ordinária, realizada na Legislatura da Província de Córdoba, Argentina, a Frente Parlamentar realizou

uma reunião de trabalho voltada à análise e implementação do Plano de Trabalho 2025–2027 do espaço regional, permitindo avançar na articulação de iniciativas relacionadas à segurança alimentar, cooperação regional e fortalecimento de políticas públicas no âmbito do MERCOSUL.

Posteriormente, durante a CVII Sessão Ordinária do PARLASUL, realizada em Montevideú, a Frente Parlamentar impulsionou uma reunião regional sobre rotulagem frontal de alimentos baseada em evidências científicas e padrões de direitos humanos. Nesse contexto, foi informada a aprovação de uma Declaração de promoção de uma Lei Regional de Rotulagem Frontal de Alimentos inspirada nos padrões da Lei de Promoção da Alimentação Saudável da Argentina.



A atividade reuniu especialistas, organizações acadêmicas e representantes da sociedade civil da Argentina, Brasil e Uruguai, que coincidiram na necessidade de avançar em mecanismos regionais de harmonização normativa que priorizem a saúde pública, a proteção das infâncias e o acesso à informação clara para os consumidores. Além disso, foi acordado impulsionar um workshop regional sobre o perfil de nutrientes da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e elaborar um relatório técnico para ser apresentado a organismos internacionais como a Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO).

Paralelamente, a Frente Parlamentar promoveu na província de San Juan, Argentina, o lançamento do Observatório Territorial para a Inovação Social em Segurança e Soberania Alimentar “Papa Francisco”, uma plataforma voltada ao fortalecimento de políticas alimentares a partir dos territórios e à geração de evidências aplicadas para a tomada de decisões públicas. A iniciativa articula governos locais, setor produtivo, organizações

sociais e academia, com projeção de expansão regional no âmbito do MERCOSUL.

“O desafio é conectar a ação territorial com a tomada de decisões. Este Observatório busca justamente isso: transformar necessidades concretas em melhores políticas públicas”, afirmou Sotomayor durante o lançamento da iniciativa em Rawson, San Juan.

Além disso, o PARLASUL participou do II Diálogo Ibero-Americano “Alimentação Primeiro”, realizado em Antigua Guatemala, onde assessores parlamentares, especialistas da FAO, ParlAmericas e organismos de cooperação internacional debateram estratégias para fortalecer a implementação efetiva do direito à alimentação na América Latina e no Caribe.

As iniciativas impulsionadas durante este período refletem o fortalecimento da Frente Parlamentar contra a Fome como espaço regional de articulação política e técnica dentro do MERCOSUL, promovendo uma agenda voltada a garantir o direito humano à alimentação adequada, reduzir desigualdades e consolidar políticas públicas sustentáveis na região.



Universo Guarani

RESISTÊNCIA, PASSADO E PRESENTE

Agência PARLASUL. O universo guarani constitui uma das expressões culturais mais antigas e vigentes da América do Sul. Mais do que um idioma, representa uma estrutura social, espiritual e comunitária que conseguiu se manter ao longo dos séculos, apesar dos processos de conquista, colonização e transformação política da região.

Os povos guarani habitaram extensos territórios que atualmente abrangem o Paraguai, o nordeste argentino, o sul do Brasil, parte da Bolívia e o Uruguai. Sua organização baseava-se em comunidades com forte vínculo com a natureza, a transmissão oral e um profundo sentido coletivo da vida. Com a chegada dos europeus no século XVI, iniciaram-se períodos de conflito marcados pela imposição de novas línguas, religiões e sistemas de organização social.

Durante a colonização espanhola e portuguesa, as comunidades guarani enfrentaram deslocamentos, perseguições e guerras. Um dos episódios mais significativos foi o desenvolvimento das Missões Jesuíticas entre os séculos XVII e XVIII, onde se estabeleceram reduções que combinaram elementos da cultura europeia com tradições indígenas. Apesar desses processos de transformação,

o idioma e numerosas costumes conseguiram permanecer vivos dentro de suas comunidades.

O guarani sobreviveu principalmente por meio da transmissão familiar e coletiva. A língua continuou sendo utilizada no cotidiano, nos rituais, na música, na literatura oral e nas práticas espirituais. Conceitos como o respeito pela natureza, a vida comunitária e a busca da "terra sem mal" fazem parte de uma cosmovisão que ainda mantém presença em diferentes setores da sociedade sul-americana.

O Paraguai representa o caso mais visível de permanência cultural guarani. O idioma foi reconhecido oficialmente junto ao espanhol na Constituição de 1992 e atualmente é falado por grande parte da população. A influência guarani também se reflete em expressões culturais e gastronômicas tradicionais como o tereré, a chipa, o mbejú e manifestações musicais como a guarania e o purahéi.

Longe de desaparecer, a cultura guarani conseguiu se adaptar a diferentes contextos históricos sem perder elementos centrais de sua identidade. Sua permanência transforma o universo guarani em um dos principais símbolos de continuidade cultural e histórica da América do Sul.



@parlasur





**PARLAMENTO
DEL MERCOSUR**